

ARTIGO ORIGINAL

CORPOS QUE LEMBRAM E RESISTEM: LÍNGUA DE SINAIS, SAÚDE MENTAL E ENVELHECIMENTO DE PESSOAS SURDAS

BODIES THAT REMEMBER AND RESIST: SIGN LANGUAGE, MENTAL HEALTH, AND DEAF AGING

Wolney Gomes Almeida¹

¹Graduado em Letras-Libras. Doutor em Educação. Pós-doutor em Educação Especial. Professor titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, vinculado ao Departamento de Letras e Artes – DLA. E-mail: wgalmeida@uesc.br

Resumo

O presente artigo discute as relações entre língua de sinais, saúde mental e envelhecimento de pessoas surdas, considerando a linguagem como dimensão constitutiva da subjetividade e condição de possibilidade para o cuidado de si. A pesquisa parte do reconhecimento de que a ausência da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em contextos sociais e institucionais produz formas de sofrimento psíquico e exclusão simbólica, sobretudo entre pessoas surdas idosas, que vivenciaram períodos de interdição linguística e isolamento comunicacional. A reflexão ancora-se em referenciais dos Estudos Surdos, da Análise do Discurso de orientação pós-estruturalista, da Filosofia da Diferença e dos Estudos do Envelhecimento, compreendendo a língua, o corpo e o tempo como materialidades interdependentes na constituição do sujeito. Adota-se uma abordagem qualitativa, teórica e documental, centrada na análise de discursos públicos e culturais que tematizam a surdez e a velhice. O estudo evidencia que o acesso à Libras não apenas amplia as possibilidades comunicativas, mas atua como dispositivo de resistência, memória e saúde mental, permitindo que o corpo surdo envelheça com dignidade, pertencimento e autonomia simbólica. Conclui-se que reconhecer a Libras como linguagem do cuidado é reconhecer a própria diferença como forma de vida.

PALAVRAS-CHAVE

Libras; saúde mental; envelhecimento; corpo; diferença.

Abstract

This article discusses the relationship between sign language, mental health, and the aging of deaf people, considering language as a constitutive dimension of subjectivity and as a condition for self-care. The study begins with the recognition that the absence of Brazilian Sign Language (Libras) in social and institutional contexts generates forms of psychological suffering and symbolic exclusion, especially among elderly deaf people who have experienced periods of linguistic prohibition and communicational isolation. The reflection is grounded in theoretical perspectives from Deaf Studies, post-structuralist Discourse Analysis, the Philosophy of Difference, and Aging Studies, understanding language, body, and time as interdependent materialities in the constitution of the subject. A qualitative, theoretical, and documentary approach is adopted, centered on the analysis of public and cultural discourses addressing deafness and aging. The study shows that access to Libras not only expands communicative possibilities but also acts as a device of resistance, memory, and mental health, allowing the deaf body to age with dignity, belonging, and symbolic autonomy. It concludes that recognizing Libras as a language of care means recognizing difference itself as a form of life.

KEYWORDS

1 Introdução

Refletir sobre o envelhecimento de pessoas surdas é pensar, de forma simultânea, o corpo, o tempo e a linguagem. O envelhecer não se restringe à passagem cronológica dos anos, mas constitui um processo simbólico e social que envolve modos de sentir, de lembrar e de significar a própria existência. O tempo que passa sobre o corpo é também o tempo que se inscreve na língua, nas memórias e nas relações com o outro. Quando esse corpo é surdo e essa língua é visual e gestual, o envelhecer adquire contornos singulares: nele se cruzam as dimensões da diferença, da resistência e do cuidado. A velhice surda, portanto, não pode ser compreendida apenas sob a ótica biológica, mas como um acontecimento discursivo e político, em que a linguagem ocupa um lugar central na constituição da subjetividade e na experiência da saúde mental.

A língua de sinais, em sua natureza visual e corpórea, é mais do que um instrumento de comunicação; é uma forma de existência, um modo de ser e de estar no mundo. Ela articula corpo e pensamento, gesto e afeto, memória e identidade. Por meio dela, a pessoa surda constrói sentidos, estabelece vínculos e produz narrativas sobre si e sobre o mundo. A ausência dessa língua, ao contrário, pode representar uma ruptura profunda na experiência subjetiva, um esvaziamento simbólico que impacta diretamente a saúde mental. Diversas pessoas surdas idosas no Brasil viveram longos períodos de interdição linguística, em contextos em que a língua de sinais era proibida, reprimida ou desvalorizada. Cresceram e envelheceram sob o peso de uma política de silêncio, na qual o corpo foi domesticado e a língua de sinais, vigiado.

Dados demográficos indicam que o Brasil possui aproximadamente 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, das quais cerca de 2,3 milhões apresentam surdez severa ou profunda (IBGE, 2010). Entre a população idosa, estima-se que a prevalência da deficiência auditiva aumente significativamente com a idade, alcançando percentuais superiores a 30% entre pessoas com 60 anos ou mais (WHO, 2021). No entanto, estudos apontam que apenas uma parcela reduzida dessa população utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de comunicação, especialmente entre aqueles que envelheceram sob políticas educacionais oralistas e contextos de interdição linguística (Capovilla et al., 2017; Quadros; Karnopp, 2004). Essa lacuna histórica de acesso à língua de sinais tem impactos diretos sobre a saúde mental, o pertencimento social e a construção da subjetividade de pessoas surdas idosas.

Esse histórico de interdições produziu marcas psíquicas e sociais. A privação de acesso à língua de pertencimento gerou isolamento, sofrimento e experiências de solidão. A ausência de uma língua reconhecida socialmente retira do sujeito surdo a possibilidade de construir uma escuta de si e do outro – e essa ausência de escuta, ainda que de natureza visual, desorganiza o processo de simbolização. A saúde mental, nesse sentido, não pode ser reduzida à ausência de transtornos, mas deve ser entendida como a capacidade de significar e de ser significado, de elaborar o vivido e de produzir narrativas sobre a própria história. É na linguagem – e especialmente na língua de sinais – que o sujeito surdo encontra o lugar de inscrição de sua subjetividade, o espaço simbólico onde pode transformar o sofrimento em sentido, o silêncio em gesto, e o isolamento em encontro.

O envelhecimento surdo, nesse horizonte, precisa ser compreendido como uma experiência que articula o tempo biográfico, o tempo social e o tempo linguístico. Envelhecer é também revisitar memórias, reencontrar a própria língua e reinscrever-se na comunidade. Para muitas pessoas surdas idosas, a velhice coincide com o momento em que a Libras finalmente lhes é devolvida – depois de décadas de repressão e de práticas oralistas que negavam sua legitimidade. Ao entrar em contato com a língua de sinais, essas pessoas reencontram não apenas um modo de comunicação, mas uma possibilidade de reconstrução simbólica, de reparação histórica e de reaproximação com sua própria identidade surda. A língua, nesse caso, torna-se um dispositivo de cuidado e de reconstrução da saúde mental, ao possibilitar a elaboração de memórias e a reinscrição de sentidos para o corpo e para a velhice.

O corpo surdo envelhecido é também um corpo de memória. Nele se gravam as marcas de um passado de resistência, mas também de exclusão e de silêncio. Cada rugosidade do tempo pode ser lida como traço de

uma história coletiva, na qual a língua de sinais sobreviveu ao interdito e a língua persistiu, mesmo sem lugar oficial de fala. O corpo envelhecido que sinaliza é, portanto, um arquivo vivo: um corpo que lembra com as mãos, que escuta com os olhos e que responde à vida com o movimento. Esse corpo não é apenas biológico, mas discursivo; ele fala, narra, registra e desafia o modelo normativo de humanidade baseado na audição e na oralidade. Pensar a saúde mental desse corpo é reconhecer que o bem-estar psíquico está profundamente enraizado na possibilidade de expressar-se, de ser compreendido e de pertencer a uma comunidade linguística.

A discussão sobre saúde mental e envelhecimento de pessoas surdas não pode ser dissociada das condições históricas e políticas que estruturam as práticas de cuidado no Brasil. Em muitos contextos, os serviços de saúde mental ainda reproduzem a lógica ouvintista, centralizada na linguagem oral e na escuta sonora. Essa ausência de acessibilidade linguística produz novas formas de exclusão, pois o cuidado sem língua é um cuidado que não escuta. A ausência de intérpretes de Libras, de profissionais bilíngues e de espaços de acolhimento em língua de sinais perpetua o sofrimento daqueles que envelhecem à margem do discurso. É necessário, portanto, compreender que a saúde mental da pessoa surda idosa depende do reconhecimento de sua língua como instrumento de expressão, vínculo e subjetivação.

A proposta deste artigo é, assim, discutir as relações entre língua de sinais, saúde mental e envelhecimento de pessoas surdas, reconhecendo que a linguagem constitui um território de existência e de resistência. A reflexão se ancora em perspectivas teóricas dos Estudos Surdos, da Análise do Discurso de orientação pós-estruturalista, da Filosofia da Diferença e dos Estudos do Envelhecimento, compreendendo o corpo e a língua como materialidades interdependentes. Adota-se uma abordagem qualitativa, teórica e documental, centrada na análise de discursos públicos e culturais que tematizam a surdez e a velhice. Ao explorar o entrelaçamento entre corpo, tempo e língua, busca-se compreender como a Libras atua como tecnologia simbólica de cuidado e como dispositivo de produção de subjetividade.

Envelhecer em Libras é mais do que envelhecer com uma língua; é envelhecer em um campo de pertencimento e de memória. É transformar a língua de sinais em narrativa, a diferença em potência e o corpo em lugar de resistência. Pensar a saúde mental das pessoas surdas idosas é, portanto, pensar também o direito à linguagem – não apenas como meio de comunicação, mas como condição de humanidade. Nesse sentido, reconhecer a língua de sinais como linguagem do cuidado é reconhecer o valor político e ético da diferença como forma de vida.

2 Método

Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórica e documental, fundamentada nos referenciais da Análise do Discurso de orientação pós-estruturalista, dos Estudos Surdos, da Filosofia da Diferença e dos Estudos do Envelhecimento. Parte-se da compreensão de que a linguagem, o corpo e o tempo constituem dimensões indissociáveis da experiência humana e são materialidades simbólicas pelas quais se produzem sentidos sobre a surdez, a saúde mental e o envelhecimento.

Do ponto de vista metodológico, o estudo dialoga com a tradição da pesquisa qualitativa interpretativa em ciências humanas, conforme delineada por Minayo (2014), articulada à Análise do Discurso de matriz francesa (Orlandi, 2001; 2007) e às contribuições foucaultianas sobre discurso, poder e subjetivação (Foucault, 1976; 1984). Essa perspectiva compreende o discurso como prática social e histórica, permitindo analisar a surdez, o envelhecimento e a saúde mental como construções simbólicas atravessadas por relações de poder e por regimes de verdade.

A escolha por uma abordagem teórica justifica-se pela necessidade de compreender os modos discursivos e sociais pelos quais se constroem as representações e práticas que envolvem o envelhecimento de pessoas surdas e suas condições de saúde mental. Assim, não se busca a mensuração de fenômenos, mas a interpretação das formas de produção de sentido presentes em discursos públicos, culturais e institucionais.

O foco recai sobre o funcionamento discursivo, isto é, sobre as condições de produção, circulação e legitimação dos dizeres que atravessam as noções de corpo, língua e cuidado.

O corpus da pesquisa é composto por materiais de domínio público que tratam da surdez, da velhice e da saúde mental: reportagens, entrevistas, documentários, produções acadêmicas, notas de órgãos públicos e registros audiovisuais acessíveis em plataformas abertas. Esses materiais foram selecionados por apresentarem relevância simbólica e discursiva, especialmente no modo como articulam as dimensões de linguagem, corpo e diferença. Por se tratar de documentos públicos, que não envolvem contato direto com participantes nem coleta de dados pessoais identificáveis, esta pesquisa está dispensada de apreciação por Comitê de Ética, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, Art. 1º, §1º, incisos I e II.

A análise segue os princípios interpretativos da Análise do Discurso pós-estruturalista, que entende o sentido como efeito das relações de poder, saber e historicidade. Dessa forma, o interesse não está apenas no conteúdo dos textos ou imagens, mas nas condições que possibilitam que certos discursos sobre surdez, saúde mental e envelhecimento se tornem possíveis e legitimados. O trabalho analítico privilegia a identificação de marcas linguísticas, visuais e simbólicas que expressam modos de ver e de dizer o corpo surdo envelhecido, evidenciando as tensões entre o discurso médico, o discurso da diferença e o discurso do cuidado.

A metodologia aqui adotada privilegia a língua de sinais interpretativo e a leitura crítica como formas de produção de conhecimento. O processo analítico envolve três movimentos interdependentes: descrição das materialidades discursivas, problematização dos enunciados e interpretação à luz dos referenciais teóricos. A leitura será orientada por três eixos principais: a constituição da língua de sinais como território de subjetivação e cuidado; a representação do envelhecimento surdo como espaço de memória e resistência; e as relações entre acessibilidade linguística, sofrimento psíquico e políticas de saúde mental.

Mais do que um conjunto de procedimentos técnicos, a metodologia se configura como uma prática ética e epistemológica, comprometida com a problematização dos discursos que moldam as formas de existência e de cuidado das pessoas surdas. Ao privilegiar as condições de enunciação e a materialidade simbólica dos textos e das imagens, busca-se compreender a Libras como uma tecnologia de vida, um modo de estar no mundo e um dispositivo de resistência diante das normatividades que tentam silenciar a diferença.

2.1 Linguagem, corpo e subjetividade

A linguagem, o corpo e a subjetividade são dimensões indissociáveis na constituição do sujeito surdo e em suas experiências de envelhecimento. A partir da perspectiva pós-estruturalista, compreende-se que o discurso não reflete o mundo, mas o produz: é por meio dele que se organizam as formas de existir e de se reconhecer. Foucault (1976; 1984) nos lembra que a linguagem é uma prática social que atravessa o corpo e o inscreve em regimes de poder e de saber.

No caso da surdez, a língua de sinais constitui o ponto de articulação entre corpo e sentido. O gesto é o espaço em que o sujeito se faz linguagem e em que o corpo se torna memória. Como observa Orlandi (2001), a linguagem é sempre atravessada pela história e pela ideologia; nesse horizonte, a Libras não é mero instrumento de comunicação, mas lugar de produção de subjetividade e de resistência simbólica.

A filosofia da diferença, em diálogo com Deleuze e Guattari (1992), amplia essa compreensão ao pensar o corpo como território de fluxos, e não como estrutura fixa. O corpo que sinaliza é corpo que cria, que produz sentido, que se reinventa no encontro com o outro. Na velhice, esse corpo carrega consigo uma espessura histórica: cada gesto é também uma lembrança, e cada sinal é uma forma de permanecer.

Assim, compreender o envelhecimento surdo exige pensar a linguagem como modo de existência e o corpo como arquivo simbólico. A subjetividade se constrói nesse entrelaçamento — entre o ver e o dizer, entre o gesto e o tempo — onde a Libras se afirma como expressão de vida, cuidado e resistência.

2.2 Saúde mental, diferença e linguagem

Discutir a saúde mental de pessoas surdas requer ultrapassar o campo biomédico e adentrar o território da linguagem e da cultura. A saúde, compreendida em sentido ampliado, não se restringe à ausência de transtornos ou ao equilíbrio orgânico, mas envolve a capacidade de o sujeito produzir sentido e elaborar o próprio viver. Foucault (1978) mostrou que a história da loucura é também a história da exclusão, e que o sofrimento mental emerge não apenas de processos biológicos, mas de mecanismos discursivos que organizam o que pode ou não ser dito, quem pode ou não ser ouvido. Essa reflexão é especialmente pertinente quando se pensa a surdez, pois o sofrimento das pessoas surdas é frequentemente produzido pela ausência de escuta simbólica, pela negação de sua língua e pela desautorização de seus modos de enunciação.

A privação linguística imposta a muitos surdos ao longo da vida — especialmente às gerações que envelhecem — constitui um fator determinante de sofrimento psíquico. Strobel (2008) denomina essa experiência de “sofrimento surdo”, uma forma de dor silenciosa que nasce do desencontro entre o corpo e a língua, entre a língua de sinais e o olhar do outro. A ausência de acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras) priva o sujeito de um lugar de pertencimento simbólico e o lança em uma espécie de exílio discursivo. Orlandi (2007) afirma que o sujeito se constitui nas relações de sentido que estabelece com a linguagem; quando essa relação é interdita, o sujeito é despossuído de sua condição de produtor de discurso. O silêncio, nesse caso, não é metáfora, mas experiência concreta de exclusão.

Os Estudos Surdos, ao compreenderem a surdez como diferença cultural e linguística, rompem com a lógica patologizante que reduz o sujeito à falta. Skliar (1998) argumenta que a surdez não é deficiência, mas uma experiência visual e cultural que se opõe à hegemonia da audição. Perlin (2015) reforça que ser surdo é estar em constante movimento de construção identitária, e que esse processo depende do reconhecimento da língua de sinais como espaço de produção de subjetividade. A ausência da Libras, portanto, não é apenas um obstáculo comunicativo, mas uma ferida ontológica, pois impede o sujeito de inscrever-se discursivamente no mundo.

O discurso médico e terapêutico, quando orientado por uma concepção normalizadora, tende a reproduzir a violência simbólica do ouvintismo, entendendo a surdez como algo a ser corrigido. Foucault (1976) denominou esse processo de biopoder: o conjunto de estratégias que produzem e controlam corpos, definindo o que é saudável, normal ou produtivo. O oralismo, ao negar a língua de sinais e impor a fala como modelo universal, é expressão dessa racionalidade biopolítica. Ele fabrica corpos dóceis, disciplinados pela voz, ao mesmo tempo em que apaga a língua de sinais como forma de pensamento. Assim, o sofrimento psíquico das pessoas surdas idosas não é resultado da surdez em si, mas das práticas históricas de exclusão e medicalização da diferença.

A crítica à normalização também está presente nas contribuições de Basaglia (1985), Amarante (1995) e Rotelli (2001), no âmbito da Reforma Psiquiátrica. Esses autores evidenciam que o sofrimento mental não pode ser tratado isoladamente, mas deve ser compreendido em relação ao contexto social e às estruturas de poder que o produzem. Para Basaglia, não é o sujeito que está “doente”, mas o sistema social que o exclui. Nesse sentido, o cuidado em saúde mental é também um gesto político de reinserção e reconhecimento. Quando aplicado ao campo da surdez, esse princípio significa que não há saúde mental possível sem o direito à língua e à acessibilidade comunicacional. A falta de escuta, aqui, não é fisiológica, mas institucional: são as instituições que deixam de ouvir a língua de sinais, que ignoram o olhar, que não compreendem o corpo como forma de linguagem.

Freud e Lacan já haviam assinalado a relação entre linguagem e subjetividade, apontando que o inconsciente se estrutura como linguagem. Essa formulação permite problematizar o modo como o sujeito surdo elabora o próprio inconsciente em contextos de privação linguística. A impossibilidade de enunciar e de ser compreendido impede a simbolização do sofrimento. Quando a Libras é interdita, o sujeito fica prisioneiro de um silêncio forçado, no qual a língua de sinais não encontra eco e o corpo perde sua função de mediação simbólica. O sofrimento, nesse caso, é duplamente produzido: pelo isolamento social e pela ausência de uma língua em que se possa elaborar o próprio mal-estar.

A partir de Foucault (1988), pode-se compreender a Libras como um dispositivo de cuidado. O filósofo entende os dispositivos como redes de práticas, discursos e instituições que produzem modos de subjetivação. A língua de sinais, enquanto prática social, é um dispositivo que possibilita ao sujeito surdo a reconstrução de si mesmo. Quando reconhecida e legitimada, ela cria as condições para que o sujeito elabore seu sofrimento e o transforme em discurso, isto é, em narrativa de si. Esse processo, que Foucault (1984) denomina cuidado de si, é um exercício ético de liberdade, no qual o sujeito, ao falar de si — ou ao sinalizar sobre si —, produz uma forma de autoconhecimento e de resistência. A Libras, portanto, pode ser entendida como uma tecnologia simbólica de cuidado, pois restabelece o laço entre corpo, linguagem e subjetividade.

Essa compreensão desloca a saúde mental do campo clínico para o campo da linguagem e das relações sociais. O cuidado não se reduz à intervenção médica ou terapêutica; ele envolve o reconhecimento do sujeito em sua singularidade linguística e cultural. Escutar o surdo significa vê-lo: acompanhar a língua de sinais, compreender o olhar, traduzir o silêncio em presença. Deleuze (1992) afirma que resistir é criar, e criar, no caso da pessoa surda, é continuar a produzir linguagem a partir do corpo, transformando a diferença em potência. A saúde mental, nesse horizonte, é inseparável da criação de espaços discursivos onde o sujeito possa se constituir.

Strobel (2008) e Perlin (2015) sustentam que a língua de sinais é o principal instrumento de pertencimento simbólico da comunidade surda. Ela possibilita a emergência de um sujeito coletivo, que se reconhece no outro e reconstrói sua história pela via da língua de sinais. O envelhecer surdo, nesse contexto, torna-se também reencontro com a língua e com a memória. Muitas pessoas surdas idosas, privadas da Libras durante décadas, reencontram nela não apenas um meio de expressão, mas uma reparação simbólica. A língua de sinais, que antes era punido, torna-se gesto de cura: ele reinscreve o sujeito no tempo, devolvendo-lhe o poder de narrar a própria trajetória.

Estudos recentes têm apontado a invisibilidade das pessoas surdas idosas nas políticas públicas e nos serviços de saúde, destacando a barreira linguística como fator central de exclusão e sofrimento psíquico (Santos; Lacerda, 2019; Oliveira; Silva, 2021). Pesquisas no campo da gerontologia e dos Estudos Surdos indicam que o acesso tardio à Libras, embora não elimine os efeitos da privação linguística, pode atuar como fator de proteção simbólica, favorecendo vínculos sociais, elaboração de memórias e fortalecimento identitário (Gesser, 2012; Lodi, 2018). Esses estudos reforçam a compreensão da língua de sinais como elemento estruturante do cuidado e da saúde mental na velhice surda.

A saúde mental das pessoas surdas idosas, portanto, não se sustenta em protocolos de tratamento, mas na garantia de direitos linguísticos e culturais. É na língua que o cuidado se realiza, e é pela língua que o sujeito envelhece com dignidade. O acesso à Libras é, nesse sentido, o primeiro passo para a reconstrução simbólica da saúde. Ao permitir que o corpo continue sendo linguagem, a Libras possibilita que o envelhecer não se confunda com silenciamento, mas com continuidade discursiva. A língua de sinais, nesse caso, não apenas comunica, mas cura — não no sentido médico, mas na dimensão simbólica de restabelecer o sentido e a relação com o mundo.

Em suma, a saúde mental da pessoa surda deve ser compreendida como expressão de um processo linguístico e cultural. Onde há língua, há sujeito; onde há sujeito, há história; e onde há história, há possibilidade de resistência. A Libras, ao se afirmar como linguagem do cuidado, torna-se um espaço ético e político em que o envelhecer é também gesto de reexistência. O corpo surdo, mesmo atravessado pelo tempo, continua a sinalizar: e é nesse sinal, nesse movimento que resiste ao apagamento, que a vida encontra novamente sua forma de sentido.

2.3 Envelhecimento, corpo e memória

O envelhecer é, antes de tudo, uma experiência discursiva. A velhice não é um dado natural, mas uma construção simbólica que se transforma ao longo da história e das culturas. Beauvoir (1990), ao problematizar a velhice como fato existencial e político, afirma que “não se nasce velho, torna-se velho” — e esse tornar-se é mediado por discursos que definem o que é ser produtivo, belo, capaz ou ainda pertencente à esfera do visível. Assim, o envelhecimento, como qualquer fenômeno humano, é produzido nas relações de poder e de saber, o que Foucault (1976) chamou de “tecnologias do corpo”: modos de controle e normatização que produzem subjetividades a partir de dispositivos de verdade.

Nas sociedades modernas, a velhice foi associada ao declínio, à inutilidade e à exclusão. Debert (1999) mostra que o envelhecimento tornou-se objeto de um discurso biopolítico, no qual o corpo velho é visto como corpo em perda, desvinculado da lógica da produtividade e da juventude. Essa construção reforça a ideia de que envelhecer seria um problema a ser corrigido, medicalizado ou retardado. No entanto, quando o corpo que envelhece é também o corpo surdo, essa experiência é atravessada por outras camadas de marginalização. O envelhecer surdo se situa na confluência de duas diferenças: a etária e a linguística. Ambas desafiam o ideal moderno de sujeito pleno, autônomo e ouvinte.

O corpo surdo envelhecido carrega, portanto, as marcas de uma história de resistência. É o corpo que viveu o silêncio imposto pelo oralismo, que aprendeu a se comunicar em espaços hostis, que enfrentou a incompreensão de famílias e instituições. Esse corpo não envelhece apenas biologicamente; ele envelhece discursivamente, carregando as memórias da exclusão e as cicatrizes da luta pelo direito à língua. Strobel (2008) afirma que o corpo surdo é um corpo de memória: nele se inscrevem as experiências coletivas da comunidade surda, a lembrança das repressões e a língua de sinais da permanência. Cada sinal, cada movimento das mãos é também um traço da história, uma atualização simbólica do passado.

A memória, nesse contexto, não é apenas lembrança individual, mas prática social e política. Halbwachs (2006) observa que lembrar é sempre um ato coletivo, uma reconstrução compartilhada das experiências vividas. Para as pessoas surdas, a língua de sinais é o principal dispositivo de memória coletiva, pois é nela que se preservam as histórias, as narrativas e os modos de ver o mundo que compõem a cultura surda. A Libras é o espaço onde a memória se faz gesto e onde a língua de sinais preserva o tempo. Cada sinal é uma inscrição da história no corpo, um elo entre o passado e o presente.

No processo de envelhecimento, essa memória encarnada adquire centralidade. O corpo envelhecido que sinaliza é um arquivo vivo: nele se condensam o tempo vivido, as experiências compartilhadas e os afetos que atravessam gerações. Goldenberg (2011) propõe que o envelhecer pode ser visto não como perda, mas como reinvenção, como a possibilidade de narrar o próprio percurso com novos sentidos. No caso da velhice surda, essa reinvenção se realiza na língua de sinais, quando o corpo, mesmo transformado pelo tempo, continua sendo espaço de expressão, de comunicação e de pertencimento.

A filosofia da diferença permite compreender o envelhecimento não como declínio, mas como devir. Deleuze (1997) e Guattari (1992) apontam que a vida se define pela capacidade de continuar criando e de resistir à forma, e não pela permanência da identidade. O corpo envelhecido é o corpo que se transforma sem cessar, que acumula tempo sem perder a potência de se afetar e de afetar. A língua de sinais, mesmo mais lento, é ainda gesto criador; o olhar, mesmo mais cansado, continua sendo olhar que significa. Nessa perspectiva, envelhecer em Libras é continuar a criar, a enunciar e a existir por meio da linguagem.

O envelhecimento surdo desafia também os discursos que associam velhice e dependência. Como observa Perlin (2015), a pessoa surda idosa é portadora de saberes e memórias linguísticas que são fundamentais à transmissão cultural. O corpo idoso, longe de ser corpo obsoleto, é corpo pedagógico: é nele que se guardam os gestos antigos, as variações linguísticas, os sinais que já não se ensinam nas escolas, mas que sobrevivem na comunidade. A memória do corpo surdo idoso é, portanto, patrimônio linguístico. Envelhecer é também ensinar — e, ao ensinar, o sujeito reinscreve sua própria existência.

A velhice surda pode ser compreendida, então, como uma experiência de resistência discursiva. Em uma sociedade que tende a apagar tanto a diferença quanto a velhice, o corpo surdo idoso afirma-se coma língua de sinais de permanência. Skliar (1998) já advertia que o discurso ouvintista tenta reduzir o sujeito surdo ao silêncio e o corpo surdo à deficiência. No envelhecimento, esse apagamento se intensifica, pois o corpo idoso é igualmente desvalorizado pela lógica da juventude eterna. No entanto, o corpo surdo idoso, ao continuar sinalizando, rompe com a dupla exclusão: ele demonstra que é possível envelhecer sem se calar e resistir sem violência, apenas com o movimento das mãos.

Essa resistência é também um gesto de memória. Foucault (1984) afirmava que resistir é sempre um modo de afirmar a vida. A resistência surda à interdição da língua é, antes de tudo, uma afirmação da existência como diferença. O corpo envelhecido que persiste em Libras afirma a continuidade da comunidade, reitera o direito à visibilidade e desafia a linearidade do tempo. A língua de sinais se torna, assim, um modo de lembrar e de permanecer.

Hall (2003) nos lembra que as identidades são sempre processuais, produzidas nas articulações entre passado e presente, entre o eu e o outro. O envelhecimento surdo é justamente esse ponto de articulação: nele se cruzam a memória coletiva e a reinvenção individual, o corpo histórico e o corpo vivo. O sujeito surdo idoso, ao sinalizar, produz uma narrativa que é ao mesmo tempo pessoal e política, pois nela se inscrevem as marcas da diferença e o desejo de permanência.

Em uma dimensão ética, envelhecer em Libras é cuidar da própria história. É manter vivo a língua de sinais que sobreviveu ao interdito, é transformar o corpo em arquivo e a língua em testemunho. O envelhecer surdo, longe de representar o fim de um ciclo, é o ponto em que o corpo, a linguagem e a memória se entrelaçam, revelando a continuidade da vida como potência de significar. O tempo, nesse contexto, não é perda, mas inscrição: ele grava no corpo o percurso de uma resistência que se fez história e que continua a se dizer nas mãos de quem, mesmo com o peso dos anos, ainda encontra na língua o lugar do sentido.

2.4 Libras, envelhecimento e cuidado em estudos contemporâneos

Estudos recentes têm ampliado a visibilidade das experiências de pessoas surdas idosas, especialmente no que se refere às condições de cuidado, acessibilidade linguística e saúde mental em contextos institucionais. Embora o campo ainda seja marcado por lacunas, a produção contemporânea tem evidenciado que o envelhecimento surdo não pode ser compreendido apenas a partir de parâmetros biomédicos ou assistencialistas, mas exige uma abordagem que considere a língua de sinais como dimensão central da experiência subjetiva e do cuidado.

Pesquisa conduzida por Karlsson et al. (2025), no contexto sueco, analisou as experiências de pessoas surdas idosas atendidas por equipes de cuidado que utilizavam a língua de sinais como língua principal de comunicação. Os resultados apontam que a presença de profissionais sinalizantes impacta positivamente o bem-estar, a autonomia e o sentimento de pertencimento dos sujeitos, reduzindo experiências de isolamento e incompreensão frequentemente relatadas em serviços convencionais. O estudo reforça que a acessibilidade linguística não deve ser tratada como recurso técnico, mas como condição estrutural do cuidado, especialmente no envelhecimento.

No campo da saúde coletiva, revisões sistemáticas recentes têm demonstrado desigualdades persistentes nos desfechos de saúde de populações surdas usuárias de línguas de sinais. Rogers et al. (2024), ao analisarem estudos internacionais sobre saúde de surdos sinalizantes, indicam que barreiras comunicacionais em serviços de saúde estão associadas a piores indicadores de saúde mental, menor adesão a tratamentos e dificuldades na elaboração subjetiva do sofrimento. Esses achados dialogam diretamente com a compreensão de que a privação linguística ao longo da vida produz efeitos cumulativos, que se intensificam na velhice.

Estudos voltados ao envelhecimento com surdez de longa duração também destacam os desafios cotidianos enfrentados por pessoas surdas idosas em contextos urbanos, familiares e institucionais. Shende

et al. (2025), ao investigarem indivíduos que envelhecem utilizando a língua de sinais americana (ASL), evidenciam que o envelhecimento surdo é atravessado por múltiplas camadas de exclusão, incluindo dificuldades de acesso à informação, fragilização das redes sociais e invisibilidade das especificidades linguísticas no planejamento de políticas para a velhice. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam que a língua de sinais atua como eixo de continuidade identitária e de resistência, permitindo a manutenção de vínculos, memórias e narrativas de si.

No contexto brasileiro, embora ainda sejam escassos os estudos especificamente dedicados à população surda idosa, pesquisas sobre acessibilidade linguística em saúde e educação bilíngue têm apontado para a necessidade de considerar o envelhecimento como dimensão transversal das políticas de cuidado (Santos; Lacerda, 2019; Lodi, 2018). Esses trabalhos indicam que a ausência da Libras em serviços destinados à população idosa produz não apenas barreiras comunicacionais, mas formas de silenciamento simbólico que afetam diretamente a saúde mental e o sentimento de pertencimento social.

Essas contribuições contemporâneas reforçam a compreensão, sustentada neste artigo, de que a língua de sinais deve ser reconhecida como tecnologia simbólica de cuidado ao longo de todo o ciclo de vida. No envelhecimento, a Libras assume um papel ainda mais significativo, pois possibilita a elaboração da memória, a reconstrução da trajetória biográfica e a permanência do sujeito no campo do discurso. Envelhecer em língua de sinais, nesse horizonte, não é apenas envelhecer com acessibilidade, mas envelhecer com dignidade, reconhecimento e continuidade subjetiva.

3 Resultados

O presente estudo tem caráter teórico-analítico e ancora-se em um corpus discursivo composto por narrativas, documentos e representações públicas sobre o envelhecimento surdo, com ênfase nos sentidos atribuídos à língua de sinais e à saúde mental. Foram selecionados três eixos discursivos complementares:

- (a) depoimentos autobiográficos e entrevistas de pessoas surdas idosas, disponíveis em produções da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), de associações regionais e de canais digitais de ativismo surdo;
- (b) textos normativos e institucionais, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), analisados como materialidades de discurso político-jurídico; e
- (c) produções midiáticas e educacionais recentes — vídeos, campanhas e reportagens — que tematizam o envelhecer surdo, especialmente em contextos de saúde, cultura e educação bilíngue.

A escolha desse conjunto discursivo parte da compreensão foucaultiana de que o discurso é prática produtora de realidades (Foucault, 1976; 1984). Esses textos não são meras descrições da velhice surda, mas enunciações que constroem modos de ver, de nomear e de compreender o sujeito surdo idoso. A leitura não busca identificar frequências ou quantificar ocorrências, mas compreender as formações discursivas que atravessam o dizer sobre a surdez, a velhice e a saúde mental, evidenciando os efeitos de poder e de verdade que sustentam certas representações e silenciam outras.

A língua de sinais metodológico de análise seguiu uma abordagem inspirada em Orlandi (2001; 2007), que entende o discurso como atravessamento entre língua, ideologia e história. O corpus foi lido à luz de três categorias discursivas centrais:

1. a língua como espaço de subjetivação, observando de que modo a Libras aparece (ou é omitida) como mediadora da experiência do envelhecer;
2. o corpo como arquivo de memória, analisando os modos pelos quais o corpo surdo idoso é representado e se representa;

3. a saúde mental como efeito discursivo, compreendida como resultado das condições simbólicas e sociais de reconhecimento.

Essas categorias articulam-se às noções de poder e resistência (Foucault, 1976), de diferença como força produtiva (Deleuze; Guattari, 1992) e de identidade como processo (Hall, 2003), permitindo compreender o envelhecer surdo como uma prática discursiva de reexistência.

3.1 A língua de sinais como enunciação da memória

Nos relatos de pessoas surdas idosas analisados, a língua de sinais emerge como eixo fundamental da memória. Muitos narradores evocam a infância e a juventude como períodos de isolamento linguístico e sofrimento emocional. A ausência da Libras nas escolas e no convívio familiar é descrita como experiência de solidão e silêncio: “ninguém me entendia”, “eu queria falar com as mãos, mas me mandavam parar”, “a língua de sinais era proibida”. Essas enunciações constituem, no campo discursivo, a memória coletiva de uma violência simbólica: o apagamento da língua.

Ao mesmo tempo, os depoimentos apontam o reencontro com a Libras, na idade adulta ou na velhice, como momento de renascimento subjetivo. Expressões como “senti que eu existia de novo” ou “aprendi a dizer quem eu sou” evidenciam a relação direta entre linguagem e saúde mental. Trata-se de um retorno simbólico à origem — não uma origem cronológica, mas existencial. O corpo reencontra a língua que o habita, e o sujeito reencontra o corpo que pode significar. Foucault (1984) descreve esse movimento como cuidado de si: o trabalho ético de reconduzir o corpo ao discurso e o discurso ao corpo.

A análise revela que, nas narrativas em Libras, o corpo é o meio e o fim da linguagem. Os sujeitos falam com as mãos, mas também sobre as mãos. A língua de sinais é lembrança e testemunho; ele contém, ao mesmo tempo, o trauma da proibição e a alegria da resistência. Nesse sentido, o corpo surdo idoso é um arquivo vivo — como diria Strobel (2008) — no qual se leem os rastros da opressão e as marcas da criação. A língua de sinais, portanto, é o lugar onde a história da surdez e a história da velhice se encontram.

3.2 A língua de sinais como tecnologia de cuidado

Nos discursos sobre saúde, tanto nos depoimentos quanto nos documentos oficiais, observa-se que a Libras aparece de modo desigual. Nos textos legais, ela é tratada como meio de acessibilidade, quase sempre associada à presença de intérpretes, mas raramente reconhecida como prática de cuidado ou como dispositivo terapêutico. Essa redução revela a persistência de uma concepção instrumental da língua, que ignora sua dimensão simbólica. Ao contrário, nas narrativas das pessoas surdas, a língua de sinais é apresentada como elemento central de reconstrução psíquica.

Basaglia (1985) e Amarante (1995) defendem que o cuidado em saúde mental não é medicalizar o sofrimento, mas restituir ao sujeito sua capacidade de participar do mundo. Quando uma pessoa surda idosa reencontra a Libras, esse gesto não é apenas comunicativo: é reparador. A língua devolve a esse sujeito o direito à fala e o reinsere no campo da escuta simbólica. Como observa Perlin (2015), a identidade surda é identitária porque é linguística — não há sujeito surdo sem língua, nem pertencimento sem comunidade.

Nas análises dos materiais midiáticos, observa-se que campanhas e vídeos recentes têm começado a representar a Libras como linguagem do afeto e da convivência. Em curtas produzidos por coletivos surdos, é frequente a cena de avós surdos ensinando sinais antigos a netos surdos ou ouvintes. Essa troca intergeracional revela uma dimensão de cuidado e transmissão simbólica que não se reduz ao ensino da língua, mas à perpetuação da cultura. A língua, nesse caso, é um gesto de amor: ela mantém o laço e reatualiza a memória.

Essas representações ressoam com o conceito foucaultiano de tecnologias do eu (Foucault, 1988), segundo o qual o sujeito transforma a si mesmo por meio de práticas discursivas e corporais. A Libras, enquanto prática social e estética, torna-se tecnologia simbólica de cuidado: ela possibilita que o sujeito elabore seu sofrimento, reconcilie-se com o corpo e reconstrua a narrativa da própria existência. Cuidar, aqui, é criar linguagem; e criar linguagem é criar saúde.

3.3 Discursos normativos e o silenciamento da diferença

A leitura dos documentos oficiais revela tensões entre o discurso jurídico e o discurso da diferença. O Estatuto do Idoso (2003) reconhece direitos sociais, mas adota uma retórica de tutela e proteção, que reforça a imagem do idoso como sujeito vulnerável. Já a Lei Brasileira de Inclusão (2015) avança ao reconhecer o direito à acessibilidade linguística, mas ainda vincula a surdez à deficiência e à reabilitação. Nenhuma dessas leis, no entanto, menciona a Libras como elemento estruturante da saúde mental ou como direito cultural inalienável.

Essa ausência não é casual: ela reflete a hegemonia de uma formação discursiva médica e assistencialista que domina as políticas públicas. Foucault (1976) descreve o biopoder como o poder de gerir a vida, regulando os corpos sob o pretexto de protegê-los. O discurso jurídico, ao mesmo tempo em que garante direitos, define o que é ser “protegido” e o que é ser “sadio”. O corpo surdo idoso, nesse jogo, é reconhecido apenas como corpo carente de amparo, e não como corpo produtor de sentido. Assim, o silêncio sobre a Libras é um sintoma da invisibilidade da diferença linguística dentro das políticas da velhice.

Debert (1999) e Goldenberg (2011) apontam que o envelhecimento, no Brasil, é atravessado por discursos de exclusão e infantilização. Esses discursos ganham nova dimensão quando aplicados à surdez, pois o sujeito surdo idoso é duplamente silenciado: pela idade e pela diferença linguística. A análise dos documentos permite afirmar que a ausência de reconhecimento da Libras como forma de subjetivação contribui para o agravamento do isolamento simbólico e, conseqüentemente, para o adoecimento psíquico.

3.4 A memória como campo de resistência

Nos relatos autobiográficos e nas produções em Libras, a memória ocupa lugar central na constituição da saúde simbólica. Ao narrar o passado, o sujeito surdo idoso reinscreve-se no presente e reconstrói sua história. Halbwachs (2006) define a memória como fenômeno coletivo, dependente dos quadros sociais que permitem recordar. No caso da surdez, esses quadros são gestuais e visuais: lembrar é sinalizar, e sinalizar é reativar o vínculo com a comunidade. A lembrança, portanto, é também gesto.

Essa dimensão corpórea da memória foi observada em diversos depoimentos, nos quais o corpo é descrito como guardião do tempo. “Minhas mãos lembram o que eu vivi”, diz uma narradora surda de 72 anos em vídeo da FENEIS. Esse tipo de enunciação evidencia a sobreposição entre gesto e tempo, entre corpo e narrativa. O envelhecer surdo é um processo de rememoração contínua, em que a língua atua como mediadora entre o passado vivido e o presente discursivo.

Deleuze e Guattari (1992) afirmam que o corpo é campo de fluxos e não de fixações; ele é o espaço onde a vida continua a produzir sentido. O corpo surdo envelhecido é justamente esse espaço de fluxo e resistência. Ao continuar sinalizando, mesmo com lentidão ou tremor, o sujeito reafirma sua pertença e transforma o tempo em linguagem. A memória, nesse caso, não é arquivo estático, mas movimento: a língua de sinais é o passado que ainda vive.

3.5 O envelhecer coma língua de sinais político

A análise integrada do corpus permite compreender o envelhecer surdo como uma forma discursiva de resistência política e epistêmica. Em um mundo ainda regido pelo ouvintismo e pelo produtivismo, envelhecer em Libras é desafiar as narrativas hegemônicas sobre normalidade, capacidade e utilidade. O corpo surdo idoso, ao continuar significando, recusa o apagamento e afirma outra temporalidade: a da língua de sinais que sobrevive.

Essa resistência, contudo, não se dá por confronto, mas por permanência. Como observa Beauvoir (1990), a velhice é um ato de resistência contra o esquecimento. No caso da surdez, é também resistência contra o silêncio imposto. O sujeito surdo idoso, ao ensinar sinais, contar histórias e participar da comunidade, mantém viva a continuidade de uma cultura visual que o mundo ouvinte tentou apagar. Seu corpo, ainda que envelhecido, é prova de que a linguagem é mais durável que o som.

Por fim, a análise demonstra que a Libras funciona como linguagem de cuidado, de memória e de criação. Ela sustenta o elo entre corpo e sentido, entre tempo e subjetividade. Nos discursos analisados, envelhecer em Libras é uma forma de permanecer no mundo por meio da língua de sinais, de resistir ao silenciamento e de transformar o envelhecimento em expressão da vida. Assim, o corpus não apenas revela narrativas sobre a velhice surda, mas evidencia como a língua de sinais é, ele mesmo, o texto em que a história se reinscreve.

4 Considerações finais

Refletir sobre língua de sinais, saúde mental e envelhecimento é compreender que o corpo e a linguagem caminham juntos — um produz o outro, e ambos produzem o tempo. Este estudo buscou evidenciar que o envelhecer surdo é uma experiência que ultrapassa o biológico: é um acontecimento discursivo, político e poético, no qual o corpo se torna arquivo de memória e a Libras se afirma como território de resistência.

As análises mostraram que o acesso à língua de sinais não é apenas um direito comunicativo, mas uma condição para a saúde mental e para a permanência simbólica no mundo. As narrativas de pessoas surdas idosas revelam o impacto profundo do silêncio imposto por práticas oralistas e por políticas que negaram o gesto como forma legítima de expressão. A ausência da língua não gera apenas isolamento, mas produz uma ruptura entre corpo e sentido, entre o eu e o mundo. Essa ruptura, inscrita no corpo e na memória, aparece como uma ferida discursiva, um sofrimento ético e identitário.

Por outro lado, o reencontro com a Libras, mesmo que tardio, emerge como um gesto de recomposição e liberdade. Ao reencontrar a língua, o sujeito surdo idoso reinscreve-se na história, reconstrói o laço com a comunidade e reaproxima-se de si mesmo. A língua de sinais, nesse contexto, torna-se uma tecnologia de cuidado, uma prática de saúde e uma forma de reexistência. O corpo que volta a sinalizar é o corpo que volta a habitar a linguagem; e esse gesto de retorno é, simultaneamente, ato de resistência e de criação.

A saúde mental, portanto, precisa ser compreendida como um campo simbólico antes de ser um campo clínico. Cuidar do sujeito surdo é cuidar das condições discursivas que permitem que ele exista como sujeito de linguagem. Escutar o surdo é vê-lo — e ver, nesse caso, é reconhecer que o olhar e o gesto são formas plenas de significação. Envelhecer em Libras é permanecer no tempo por meio da linguagem: é narrar a passagem, não como perda, mas como movimento contínuo de produção de sentido.

O envelhecer surdo desloca as concepções tradicionais de corpo e de velhice. Ele subverte a ideia de declínio e a transforma em potência. O corpo surdo idoso, com suas marcas e lentidões, continua sendo corpo enunciador, corpo que pensa, corpo que fala. A Libras sustenta essa permanência, pois ela é linguagem de cuidado, de afeto e de memória. O gesto, ainda que mais demorado, carrega o mesmo vigor do primeiro aprendizado: é a lembrança que insiste e a vida que continua.

Do ponto de vista ético e político, o envelhecer surdo impõe o desafio de repensar as políticas públicas e os discursos de cuidado. A Libras deve ser reconhecida como um direito fundamental e não como concessão; como expressão de saúde simbólica e não apenas como recurso de acessibilidade. Garantir a língua de sinais

na velhice é assegurar o direito de existir, de ser escutado e de continuar significando. O envelhecer em Libras nos ensina que o cuidado não é tutela, mas reconhecimento — um reconhecimento que se dá no olhar e no gesto, e que devolve ao sujeito o lugar de enunciação.

A velhice surda é também um testemunho da história da comunidade surda: é nela que o tempo se acumula, que os sinais antigos resistem e que o passado se converte em presença. Cada pessoa surda idosa é um arquivo vivo, um corpo que lembra, um gesto que resiste. A memória, nesse horizonte, não é apenas recordação, mas forma de permanecer. Ao sinalizar, o corpo resgata o que o mundo tentou apagar: a diferença como potência, a língua como casa e o gesto como vida.

Assim, a Libras se afirma como linguagem da permanência e da cura simbólica. Ela atravessa o tempo e sustenta a subjetividade. Enquanto houver mãos que se movem, haverá história, haverá memória, haverá mundo. O envelhecer surdo, portanto, é mais do que um processo biológico — é uma lição ética sobre o viver: uma forma de dizer que o corpo pode envelhecer, mas o gesto não se cala; que o tempo passa, mas a linguagem continua; e que, em cada sinal, o humano se renova.

Referências

- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BASAGLIA, Franco. **A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 out. 2003.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- CAPOVILLA, Fernando César et al. **Dicionário da Língua de Sinais Brasileira: Libras – língua de sinais do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2017.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DERRIDA, Jacques. **A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- GOLDENBERG, Mirian. **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- KARLSSON, Elin; BJÖRKMAN, Maria; NILSSON, Kristina; HANSEN, Sigrid. Deaf older adults' experiences of support from a mobile old-age care team: providing support in Swedish sign language. **BMC Geriatrics**, Londres, v. 25, n. 1, p. 1–12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12877-025-06675-1>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão: desafios, impasses e possibilidades. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 38, n. 104, p. 287–302, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc0101-32622018187077>.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

OLIVEIRA, Adriana Silva de; SILVA, Ivani Rodrigues. Envelhecimento, surdez e acessibilidade comunicacional: desafios para o cuidado em saúde. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 133–150, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2021v24i1p133-150>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERLIN, Gladis. *Identidades surdas*. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 51-74.

ROGERS, Kelly D.; YOUNG, Alys; LOVELL, Katherine; CAMPBELL, Ruth. Health outcomes in Deaf signing populations: a systematic review. **PLOS ONE**, San Francisco, v. 19, n. 2, e0298479, 2024.
Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0298479>. Acesso em: 5 jan. 2026.

ROTELLI, Franco. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Acessibilidade linguística em serviços de saúde para pessoas surdas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 401–416, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300005>.

SHENDE, Sneha A.; MITCHELL, Ross E.; MCDONALD, Katherine E. Everyday challenges and solutions for individuals aging with long-term deafness. **Innovative Aging**, Oxford, v. 9, n. 7, igaf071, 2025.
DOI: <https://doi.org/10.1093/geroni/igaf071>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on hearing**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-hearing>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Submissão: 24/05/2024

Aceite: 01/12/2025

Como citar o artigo:

ALMEIDA, Wolney Gomes. Corpos que lembram e resistem: língua de sinais, saúde mental e envelhecimento de pessoas surdas. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 31, 2026. DOI: 10.22456/2316-2171.151345